

1. MENSAGEM DA DIRECÇÃO

A decisão do Governo grego de referendar o acordo sobre a redução da sua dívida pública e as outras medidas aprovadas recentemente em Bruxelas, veio trazer de novo a turbulência à zona euro.

Para não ficar dependente de Atenas, a União Europeia tem de preparar um plano B, que contemple a eventual despedida da Grécia do euro.

Primordialmente importa atacar o cerne do problema, o mal pela raiz, pois quaisquer medidas puramente marginais não eliminam o risco de sustentabilidade do euro e da Europa.

Perante este cenário, qual o impacto de todos estes acontecimentos na Economia Portuguesa?

A questão nuclear é o financiamento da actividade económica empresarial, sendo que os bancos portugueses enfrentam um teste impossível: sobreviver sem dinheiro.

Para resolver o problema, o Governo quer injectar 12 mil milhões de euros nos bancos, conseguindo assim recapitalizar as instituições financeiras de modo a imunizá-las contra a queda da Grécia.

Subsiste ainda a possibilidade de as empresas públicas utilizarem o dinheiro da troika e pagarem parte das suas dívidas à banca.

Seja qual for a via, urge agir com rapidez e determinação.

Sem a recapitalização e reembolso dos empréstimos das empresas públicas, os bancos não têm dinheiro para emprestar às empresas. Asfixiar os bancos é soterrar a economia.

O financiamento das PME's (Pequenas e Médias Empresas) é imprescindível e inadiável.

Respeitosamente,

*A Direcção
Paulo Anjos*

2. RÁCIOS ACTUALIZAÇÃO DAS RENDAS EM 2012

Foi publicado o coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento, para vigorar em 2012.

O coeficiente aplicável em 2012 será de 1,0319. O coeficiente em vigor em 2011 é de 1,003, em 2010 foi de 2,000 e, em 2009, foi de 1,028.

A renda resultante desta actualização é arredondada para a unidade euro imediatamente superior. O senhorio deve comunicar ao arrendatário, por escrito, através de carta registada com aviso de

recepção, com a antecedência mínima de 30 dias, o coeficiente de actualização e a nova renda dele resultante.

Se o local arrendado constituir casa de morada de família, a comunicação deve ser dirigida a cada um dos cônjuges e para o local arrendado.

Esta actualização anual é distinta da actualização prevista pelo novo regime do arrendamento urbano, que permite que os senhorios actualizem as rendas através da aplicação de uma fórmula legal baseada no valor da avaliação fiscal do local arrendado e no seu estado de conservação, até ao limite máximo anual correspondente a 4% do valor do local arrendado.

3. GRANDES LINHAS DA ESTRATÉGIA ECONÓMICA

O Primeiro-Ministro apresentou na Assembleia da República as próximas cinco grandes linhas de estratégia económica a aplicar no país.

Estas cinco grandes linhas incluem o apoio à liquidez das empresas, nomeadamente das Pequenas e Médias Empresas (PME); um regime de compensação do IVA para as empresas que recebem do estado com atrasos; a reforma do capital de risco; a reprogramação do QREN para apoiar a competitividade; e a alteração de política relativa às infraestruturas, incluindo a aplicação dos investimentos destinados à alta velocidade na ligação de mercadorias em Velocidade Elevada em portos portugueses, sem perda de fundos comunitários.

As cinco grandes linhas incluem:

- A extensão dos prazos de reembolso de todo o capital que foi disponibilizado através das linhas de crédito PME Investe;
- Relativamente ao regime do IVA, libertar a tesouraria das empresas que fornecem o Estado dos encargos de reembolso desse IVA quando o Estado, por qualquer razão, não cumpre os prazos de pagamento que estão previstos;
- Concluir a reforma de todo o capital de risco que permita consolidar e concentrar todos os instrumentos, de modo a permitir uma alavancagem maior destes mecanismos através da constituição de fundos que incluam capitais privados;
- Uma segunda reprogramação do Quadro de Referência Estratégico Nacional que incida prioritariamente sobre os factores de competitividade económica;
- Plano estratégico para a área dos transportes será apresentado até final do mês. O Estado pretende apostar na qualificação portuária e na ligação ferroviária nomeadamente a partir de Aveiro e de Sines não apenas para a plataforma ibérica mas também para a plataforma continental europeia. Sem perda de fundos comunitários, os investimentos que estavam destinados à alta velocidade serão aplicados na ligação de mercadorias em Velocidade Elevada.

A presente Informação Económica, Financeira e Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte os nossos técnicos.